

SUMÁRIO

<i>Prefácio de JOSHUA IRA SCHWARTZ</i>	9
<i>Nota Preliminar sobre o Texto e Agradecimentos</i>	15
<i>Introdução</i>	19
Capítulo I – Raízes da “Exorbitância” no Direito dos Contratos Administrativos nos Estados Unidos, França e Brasil	32
1. Uma visão geral da exorbitância no direito dos contratos administrativos	41
1.1 Exorbitância interna ou direta	45
1.2 Exorbitância externa ou indireta	52
2. Perspectiva comparada	56
3. Exorbitância comparada. Do que estamos realmente falando?	71
Capítulo II – Contratos Administrativos no Contexto dos Direitos Norte-Americano, Francês e Brasileiro	83
1. Diferenças na estrutura de pensamento (“mentalités”) e a noção de contratos públicos	95
1.1 Empirismo “versus” Racionalismo	97
1.2 Pensamento sistemático “versus” não-sistemático	100
2. Direito público “versus” direito privado no contexto dos contratos administrativos: a exorbitância vista no âmbito da dicotomia	112



2.1	<i>As questões “ontológica” e “teleológica” da dicotomia</i>	118
2.2	<i>A função epistemológica da dicotomia nos contratos administrativos</i>	131
Capítulo III – Responsabilidade do Estado por Atos Soberanos		146
1.	Responsabilidade do Estado por “atos soberanos”: “sovereign immunity ‘versus’ responsabilité de la puissance publique” – Duas concepções diferentes de Estado e de indivíduo	156
1.1	<i>Concepções opostas sobre Estado e indivíduo</i>	161
1.1.1	<i>“State societies ‘versus’ stateless societies”</i>	163
1.1.2	<i>Concepções positiva e negativa de Individualismo</i>	185
1.2	<i>Combinando os dois fatores. Breves exemplos</i>	195
2.	A responsabilidade do Estado comparativamente contextualizada	203
2.1	<i>Os Estados Unidos e o permanente espírito da imunidade soberana</i>	207
2.1.1	<i>A “Sovereign Acts Doctrine”</i>	214
2.1.2	<i>“Unmistakability Doctrine”</i>	222
2.1.3	<i>“U. S. ‘v.’ Winstar Corp.” (1996) e sua importância ao Direito Comparado</i>	232
2.2	<i>A França e a “responsabilité sans faute”: “fait du prince” e “imprévision”</i>	243
2.2.1	<i>“Responsabilité sans faute” e a concepção francesa de Estado</i>	247
2.2.2	<i>Léon Duguit e as ideias da “solidarité sociale” e do “service public”. O “ethos” social francês “versus” o Individualismo norte-americano</i>	254
2.2.3	<i>“Fait du prince” e “imprévision”: teorias para proteger o contratado, com base no “équilibre financier” do contrato, mas sob a justificativa do “intérêt général”</i>	261
2.2.3.1	<i>“Fait du prince”</i>	261

2.2.3.2 “Imprévision”	280
2.2.3.3 “L’équilibre financier du contrat administratif”	292
2.3 <i>Brasil: fato do príncipe, teoria da imprevisão e equilíbrio financeiro contextualizados</i>	296
2.3.1 <i>O caráter estatal (ou francês) do Direito Brasileiro e sua relevância aos contratos administrativos</i>	298
2.3.2 <i>Fato do príncipe, teoria da imprevisão e equilíbrio econômico-financeiro do contrato no Direito Brasileiro</i>	315

Capítulo IV – A Extinção do Contrato Administrativo por Interesse Público	326
1. <i>Estados Unidos: “termination for convenience”</i>	329
2. <i>França: “pouvoir de résiliation unilatérale sans faute”</i>	339
3. <i>Brasil: rescisão unilateral do contrato em nome do interesse público</i>	346
Conclusão	359
Referências Bibliográficas	371